



Jornal FNE Edição 104 – Jan/11

Na primeira edição de 2011, Engenheiro traz perspectivas positivas para o País e a categoria. Em entrevista, o economista Sérgio Mendonça traça um cenário em que será possível ao Brasil construir um projeto próprio de desenvolvimento. Essencial será implantar uma política industrial.

Numa iniciativa que visa exatamente o avanço socioeconômico, foi posto em debate numa palestra em São Paulo, em 3 de dezembro, o ensino de engenharia. Promovida pela IES (Instituição de Ensino Superior) em fase de implantação pelo Seesp, com apoio da FNE, a discussão apontou a necessidade premente de inovar na educação para garantir egressos qualificados.

Também positiva foi a proposta, feita pela federação e aceita pelo Ministério do Trabalho e Emprego, de se criar uma norma regulamentadora para evitar acidentes de trabalho em altura. Ao longo do ano, o tema será debatido para se definir legislação.

Numa análise do novo Congresso Nacional, o Diap (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar) identifica crescimento da base aliada do governo e a conseqüente necessidade de o movimento sindical conquistar o apoio da nova Presidente da República para os temas de seu interesse pendentes no Parlamento.

Também na pauta o andamento dos preparativos para a Copa de 2014 na cidade de Fortaleza. E mais o que acontece nos estados.

Boa leitura.

OPINIÃO

É inegável o avanço socioeconômico alcançado pelo País nos últimos anos. A correta política de distribuição de renda e a retomada do crescimento melhoraram as condições de vida do povo brasileiro, sobretudo dos estratos de poder aquisitivo mais baixo, mas também trouxeram um benéfico efeito à economia nacional. A força do mercado interno hoje é mais compatível com as dimensões do Brasil e uma população de 190 milhões de pessoas. Os resultados concretos, associados a uma visão bastante positiva internacionalmente, reforçam as expectativas otimistas. A realização da Copa do Mundo de 2014, das Olimpíadas de 2016 e a potencial riqueza com as reservas de petróleo na camada do pré-sal contribuem para turbinar as previsões alvissareiras.

Porém, é preciso que esse cenário favorável seja aproveitado para fazer com que o País avance mais e caminhe definitivamente rumo a sua vocação de se tornar uma nação desenvolvida. Para atingir essa meta, será necessário dar conta de tarefas complexas, que exigirão não só vontade, mas também coragem política, capacidade de negociação e competência técnica.

O ano de 2010 encerrou-se com previsão de expansão de 7,5% do PIB (Produto Interno Bruto), o que é um resultado bastante positivo, mas sem solução definitiva para a questão cambial que ameaça a indústria e o setor exportador brasileiro e, portanto, o crescimento futuro. A taxa de juros, que foi reduzida significativamente depois de ter alcançado os estratosféricos 26%, também continuava a mais alta do mundo, em 10,75%. Dor de cabeça garantida à equipe econômica do governo, desatar esses nós será essencial para fazer crescer a produção e o crescimento econômico.

Esses são os passos para que as conquistas sociais, legitimamente festejadas, tornem-se universais e que todo brasileiro tenha direito a uma vida digna, que inclui alimentação, moradia, saúde, transporte, educação, lazer, cultura, segurança, ou seja, acesso pleno à cidadania. Isso só será possível com um país em outro patamar, que exige completar a industrialização e investir de forma séria e consistente em educação, qualificação da mão de obra, ciência, tecnologia e inovação e pesquisa. É preciso tomar a decisão de ser grande no mundo, não só nas dimensões continentais, mas em importância real.

Como vêm fazendo há alguns anos, os engenheiros brasileiros, que têm papel central em qualquer projeto sério de desenvolvimento, continuarão neste ano-novo dando a sua contribuição para que esses anseios se tornem realidade. Seguem assim engajados na ideia de construir o País que todos desejamos. Da mesma forma, o projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento”, lançado pela FNE em 2006 e atualizado recentemente, mantém-se como importante instrumento de debate e mobilização.

Murilo Celso de Campos Pinheiro, presidente da FNE

CRESCER BRASIL

De um total de R\$ 9,4 bilhões previstos no plano de investimentos para o evento mundial, já foram captados junto ao Governo do Estado e à Prefeitura Municipal de Fortaleza quase 67%. A informação é do secretário do Esporte do Ceará, Ferruccio Feitosa, segundo o qual o maior montante será destinado a garantir mobilidade urbana. Ele aponta que o valor empenhado supera o que constava da matriz de responsabilidade assinada para obras a serem realizadas pelos três entes federativos, incluindo aí, portanto, a União. Além das iniciativas em transportes e logística, outros seis eixos foram eleitos para investimentos, conforme Feitosa: infraestrutura para turismo, saneamento básico, saúde, segurança, energia, telecomunicações, bem como modernização e adequação do estádio Plácido Aderaldo Castelo, o Castelão.

Após quase um ano de batalha jurídica, segundo noticiado pela mídia, licitação foi feita e o contrato para início das obras foi finalmente assinado no início de dezembro. Essas começaram mediante ordem de serviço firmada pelo Governador em 13 do mesmo mês. Não há, portanto, nenhuma ameaça à realização da Copa no Ceará, uma das 12 cidades-sedes, assegura Feitosa. “A ideia é que tudo fique pronto até dezembro de 2012. Já conversamos com a construtora (o consórcio vencedor para parceria público-privada foi o Arena Multiuso Castelão, que inclui as empresas Galvão, Serveng e BWA) e vamos trabalhar em cima desse cronograma.”

O investimento global no estádio está estimado em R\$ 518 milhões, englobando operação e reestruturação (esta última dispensará R\$ 452 milhões). Além de ter sua capacidade atual de 60 mil lugares ampliada em pouco mais de 10% – o que lhe conferirá a possibilidade de receber inclusive jogos relativos à semifinal –, o projeto abrange, de acordo com o secretário, a aproximação das cadeiras inferiores dos torcedores do campo, cuja distância cairá dos atuais 40 para 19 metros. Atendendo ao caderno de encargos da Fifa (Federação Internacional de Futebol Associado), também estão entre as mudanças um novo estacionamento para 1.750 veículos, cabines de imprensa, camarotes, vestiários, túneis de acesso e assentos, os quais serão retráteis. Outros destaques, segundo Feitosa, são a garantia de visibilidade total e a cobertura de 100% da arquibancada, o que “melhorará a qualidade das transmissões de TV”. Serão ainda, como informa a assessoria de comunicação da Secretaria, “construídos um restaurante, centro de mídia, lounge, áreas de hospitalidade e VIP”. E um museu do futebol, que ocupará 1.500 metros quadrados. No estádio, diz Feitosa, a sustentabilidade está assegurada, seja porque tem crescido a média de público nos campeonatos estaduais, seja porque estão sendo desenvolvidos estudos para que se utilize energia solar e rede de gás natural. E serão instaladas duas turbinas eólicas. Está também nos planos utilizar resorts existentes ou que estarão prontos até 2014 – cerca de seis na região metropolitana – como campos base, para sediar seleções.

Infraestrutura

Na área de telecomunicações, segundo o secretário, como parte de um projeto intitulado “Cinturão digital”, a ideia é dotar todo o Estado de banda larga já a partir do primeiro semestre de 2011. Em saneamento básico, será ampliada a rede de tratamento de água e esgoto. E em mobilidade, será incrementado o serviço de transporte já existente, inauguradas duas linhas do metrô de Fortaleza e o veículo leve sobre trilhos, este último com dez estações, extensão total de 13km e demanda aproximada de 90 mil passageiros. A estimativa de investimento é de cerca de R\$ 265 milhões, e a conclusão está prevista para junho de 2013. Além de fazer a integração com o sistema público, o VLT passará por portos, aeroportos, rodoviária e estádio, como consta da informação oficial. “No total, 62,14% das companhias instaladas na cidade, 62,58% dos empregos gerados e 81% dos hotéis da capital serão contemplados”, divulga a assessoria.

Para ampliação de 35% do aeroporto, complementa Feitosa, o que permitirá um salto dos atuais 6,2 milhões de passageiros/ano para 9 milhões, a inversão será de R\$ 279,5 milhões. “Acho que ainda é insuficiente, pois o Estado do Ceará poderá ser porta de entrada de europeus no Brasil. Então, seria preciso haver transformação maior”, enfatiza o secretário, segundo o qual a promessa é que o restante da intervenção necessária pela Infraero (Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária) tenha continuidade após a Copa de 2014.

A despeito da reforma tímida no local, para ele, indiscutivelmente o evento mundial deixará grande legado aos cearenses, beneficiando-os enormemente. “O maior desafio é qualificar os serviços para garantir que as pessoas sejam bem recebidas, sintam-se em casa e desejem retornar a Fortaleza. Além de assegurar boa imagem a quem chega.” (Soraya Misleh)

POLÍTICA

Nas últimas eleições gerais ocorridas em 2010, o Brasil trouxe pelo menos duas inovações importantes que ficarão para a história: a primeira delas, amplamente difundida, é a vitória de uma mulher para comandar o País. A segunda, menos conhecida, é que se definiu já nas urnas o apoio do Parlamento a Dilma Rousseff. “Sua governabilidade está garantida”, atesta o jornalista Antonio Augusto de Queiroz, o Toninho, diretor de documentação do Diap (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar). Segundo ele, votações sobre temas afeitos ao mundo do trabalho vão, portanto, depender muito do comportamento da presidente.

A renovação na Câmara ficou abaixo da média histórica dos últimos cinco anos, segundo análise desse órgão: 44,25%, com 227 nomes novos. Não obstante, as mudanças são significativas. Conforme o Diap, todos os partidos de oposição – DEM, PSDB e PPS – perderam representantes. A queda foi de 130 para 108 deputados, numa redução de 16,93%. Os

ganhadores, de acordo com o levantamento, “comparando-se com a composição atual, são os partidos de esquerda e centro-esquerda que participam da base de sustentação do governo, especialmente o PT (mais nove), o PSB (mais sete), o PDT (mais cinco) e o PCdoB (mais três)”. O primeiro deles, “além da conquista de 88 cadeiras da Câmara, maior bancada eleita, terá a preferência na escolha da futura presidência da Casa”. No mesmo time, os médios – PTB, PP e PR – praticamente mantiveram seu espaço no Parlamento. O PMDB, embora tenha caído dos atuais 90 para 79, teve eleito o vice-presidente da República, Michel Temer, e conquista o maior número de assentos no Senado, o que lhe permitirá pleitear seu comando. Nessa casa, em que se disputavam 54 vagas para mandato até 2018, a renovação foi maior – 68,25% – e também se configura um fortalecimento da base do Governo. “Há uma mudança quantitativa e qualitativa nessa relação”, diz Toninho, que observa que haverá muito mais facilidade de controle das bancadas pelo Executivo Federal. “A correlação de forças é amplamente favorável à Presidente.”

Com isso, projetos de seu interesse devem ter aprovação simplificada. Para o diretor de documentação do Diap, nessa linha, prioridade deve ser dada às reformas tributária e política. “O conteúdo é que não se tem ideia precisa, mas no caso da última, acho que pelo menos três coisas provavelmente serão priorizadas: a lista fechada (sistema em que se vota no pleito num rol de nomes escolhidos pelo partido, não mais em um parlamentar), o financiamento público de campanha e o fim das coligações nas eleições proporcionais.” Quanto à reforma tributária, Toninho aposta na criação do IVA (Imposto sobre Valor Agregado) federal, que, “na prática, reduz o número de alíquotas de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços), mais uma simplificação do que propriamente uma redução de carga”.

Pauta trabalhista

Bandeira histórica de luta do movimento sindical, pronta para ser apreciada em primeiro turno no plenário da Câmara, a redução da jornada de trabalho de 44h para 40h semanais sem diminuição do salário dificilmente entrará na pauta do Congresso Nacional no primeiro semestre de 2011, na opinião dele.

O direcionamento em relação a esse e a outros temas de interesse dos trabalhadores – como a votação em favor da adesão do Brasil à Convenção 158 da OIT (Organização Internacional do Trabalho), que proíbe demissões imotivadas – vai depender, na sua visão, “de qual vai ser o comportamento da presidente eleita, ao que ainda não se tem clareza”. Conforme acredita Toninho, o desafio é que, além de ter crescido a base governista, houve um fortalecimento da bancada empresarial sobretudo na Câmara, que passará a contar com 169 deputados – apesar de ter se elevado também a sindical, mas em menos número, de 54 para 62 parlamentares naquela casa. No Senado, o patronato ganha dois reforços importantes, um deles o atual presidente da CNI (Confederação Nacional da Indústria), Armando Monteiro Neto (PTB/PE). E os trabalhadores perderam uma cadeira, passando de sete para seis representantes. “Se a presidente optar pela flexibilização (de direitos), as chances de aprovação são grandes. Mas acho que não virá proposta nessa área. O máximo que pode ocorrer é uma desoneração da folha a partir de transferência de parcela da contribuição previdenciária, que é de 20%, da empresa”, afirma o diretor do Diap. Diante desse cenário, caberá à bancada dos trabalhadores

dar suporte a iniciativas contra a retirada de direitos consagrados. E aos sindicatos, “tensionar e colocar em pauta” suas demandas. (Soraya Misleh)

SINDICAL I

Durante a 63ª Reunião Ordinária da CTPP (Comissão Tripartite Paritária Permanente) da SIT (Secretaria de Inspeção do Trabalho) do MTE (Ministério do Trabalho e Emprego), realizada em novembro último, em Salvador, foi aprovada a solicitação da FNE referente à criação de um grupo tripartite para elaboração de uma norma regulamentadora para o trabalho em altura, hoje responsável por aproximadamente 40% das 2,5 mil fatalidades que ocorrem em média todos os anos.

A ideia surgiu após a realização do “1º Fórum Internacional de Trabalho em Altura”, em setembro último, em São Paulo, promovido pela própria federação em parceria com o Seesp, Ideal Work, MTE e outros órgãos. O evento contou com a participação de mais de 250 profissionais, na maior parte engenheiros, que constataram a urgência de regulamentar esse tipo de atividade.

Preocupada com o assunto, a entidade fez o alerta para a necessidade de adequação da legislação vigente, já que essa trata apenas do assunto em normas específicas, como a NR 18 ou a futura NR 34, destinadas aos setores das indústrias das construções civil e naval. A proposta da FNE objetiva que a nova norma seja aplicável a todos os setores econômicos.

De acordo com Luiz Carlos Lumbreras Rocha, auditor fiscal do trabalho do MTE, a próxima etapa é a criação de um grupo de estudos interno do Ministério para elaboração de um texto base. “Essa minuta será submetida a consulta pública e só depois será criado o grupo tripartite formado pelas bancadas dos trabalhadores, empregadores e governo, responsável pela elaboração final da proposta de norma”, detalhou.

Ainda segundo ele, a meta é publicar o texto em abril de 2011 e deixá-lo disponível por 90 dias. A pretensão, disse, é concluir todo o processo em um ano.

Representante da bancada dos empregadores na CTPP, Clovis Veloso de Queiroz Neto, coordenador de segurança e saúde no trabalho da CNI (Confederação Nacional da Indústria), informou que a medida teve o aval de todas as classes representadas na comissão e que o intuito agora é agilizar as discussões. “Empresários, governo e trabalhadores entenderam que essa é uma contribuição importante a ser dada. Na visão dos empregadores em particular, a iniciativa é positiva porque acabará com a insegurança jurídica enfrentada hoje pelo fato de não haver uma norma que abranja todos os segmentos. Portanto, vemos com muito bons olhos a ação”, afirmou.

Para o engenheiro Aguinaldo Bizzo, consultor e membro do grupo tripartite que elaborou a NR 10 pela bancada dos trabalhadores, a criação da norma é importante para padronizar todas as questões relativas ao trabalho em altura para assegurar as medidas de prevenção. No entanto, ele alerta ser fundamental a indicação de engenheiros, preferencialmente de segurança do trabalho, para a elaboração dessa nova legislação. “Como é uma norma técnica, precisa ser redigida por profissionais da área para que não haja conflito entre teoria e questões relativas ao trabalho em altura”, frisou.

Abrangência

Conforme o MTE, a futura NR 36 deverá estabelecer os requisitos mínimos e as medidas de proteção para o trabalho em altura, envolvendo planejamento, organização, execução e definição da responsabilidade para todos os setores. “A regulamentação tratada de forma geral é fundamental, porque o risco de queda existe em vários ramos de atividades, como em serviços de manutenção e limpeza de fachadas e predial em geral; instalação de torres de telefonia, energia, antenas de TV a cabo, para-raios e outdoors; operação de guias e guindaste; montagem de estruturas diversas; carga e descarga em caminhões e trens; depósito de materiais e silos; lavagem e pintura de ônibus, entre outros. Portanto, devemos intervir nessas situações de grave e iminente risco, regularizando o processo de forma geral e tornando essas tarefas mais seguras para o trabalhador”, defendeu o engenheiro Gianfranco Pampalon, auditor fiscal do trabalho do MTE e autor de três manuais que visam disseminar conhecimentos sobre a prevenção de acidentes do trabalho.

Segundo ele, o setor da construção civil é o maior responsável por quedas. “Em 2009, foram registradas oito mortes somente na capital paulista, reflexo direto da falta de mecanismos de segurança.” Conforme explicou Pampalon, em outros países a situação não é diferente. “Portugal registrou 115 acidentes do trabalho no ano passado, dos quais 26 foram fatais, sendo que 23 ocorreram na construção civil. Nos Estados Unidos, o setor foi responsável por 433 quedas em 2006. A improvisação é a principal causa dessas ocorrências”, mencionou. Para ele, quem realiza o trabalho em altura deve ser supervisionado por profissional capacitado e qualificado e conhecer os riscos e normas de segurança. “Além disso, deve utilizar todas as técnicas corretas na execução de suas atividades e verificar diariamente o estado dos EPIs (Equipamentos de Proteção Individual)”, afirmou. (Lucélia Barbosa)

SINDICAL II

CE

Empreendedorismo tecnológico é tema de evento

Como membro do Fórum das Engenharias, o Senge-CE participou da Feira do Empreendedorismo Tecnológico, promovida pelo IEL/CE (Instituto Euvaldo Lodi) no Ceará, no dia 23 de novembro último. O evento contou com palestras e debates voltados a novas tecnologias, como resultado de iniciativas empreendedoras no âmbito privado (case da Tetra Pak) e de instituições de ensino, através de pesquisas e cursos de extensão. Exemplo dessa aliança é o que está sendo praticado na Unicamp (Universidade Estadual de Campinas). Durante a feira, foram homenageados estudantes e companhias ganhadoras do 1º Prêmio IEL de Engenharia, com o objetivo de contribuir para a divulgação e o fomento do desenvolvimento de projetos e inventos que se destacam pelo caráter inovador e aplicabilidade em empresas cearenses. Os projetos foram avaliados e selecionados por membros do fórum, que levaram em consideração o mérito técnico e científico, o potencial de mercado e de internacionalização, o interesse estratégico para a região e parcerias. Os vencedores receberam bolsas de especialização (para profissional) e de pesquisa (estudante).

PI

Direção foi eleita com 95% dos votos

No dia 3 de dezembro último, a nova diretoria executiva do Senge-PI foi eleita. Será presidida durante a gestão 2011-2014 por Antônio Florentino de Souza Filho, reconduzido ao cargo por 95% dos votos da categoria. Também foram escolhidos os seus delegados sindicais na Agespisa (Águas e Esgotos do Piauí), Raimundo José da Silva Santos, Aderson Meneses e Marizete Ferreira Cavalcanti; no Emater (Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural), José Tadeu Santos e Francisco de Assis Portela; e na Eletrobrás Distribuição Piauí, Edilson Pereira Uchoa, Joaquim Elias Assunção Araújo e Gustavo Conde Medeiros. Ainda na data, foram escolhidos três conselheiros representantes do Senge no Crea (Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia), na modalidade engenharia civil, para o mandato de 2010-2013: Paulo Afonso Brandão Alexandrino, Cleto Augusto Baratta e Antonio Francisco Militão Rufino. Florentino comemorou a reeleição: “A atual diretoria vai para o novo mandato porque apresenta resultados que agradam e atendem aos anseios da categoria, pelo trabalho destemido e ético em defesa da engenharia e de seus profissionais.”

AL

Empossada diretoria do sindicato

Durante confraternização realizada no restaurante Spettos, no dia 15 de dezembro último, tomou posse a nova diretoria do Senge-AL para o triênio 2011-2013. Tomou posse a nova diretoria do Senge-AL para o triênio 2011-2013. Na ocasião, José Ailton Ferreira Pacheco, que na nova gestão ocupará o cargo de vice-presidente, declarou estar “passando a presidência do sindicato com a certeza do papel cumprido e a convicção de que o sucessor dará continuidade ao trabalho de defender os profissionais da categoria e da sociedade”. Disneys Pinto da Silva, ao ser empossado para comandar a entidade, assegurou que durante seu mandato vai “buscar tudo o que a categoria necessita, principalmente quanto ao exercício legal da profissão”.

Integram ainda a diretoria executiva Petrucio Teixeira Lima (secretário); Fernando José Nascimento de Souza (administrativo); Quitéria Maria Lins Pinheiro (financeira); Adonai de Almeida Seixas Filho (de cultura e divulgação); e Luis Alexandre Silva Farias (de relações intersindicais).

TO

Escolhidos representantes do Senge no Crea

Durante assembleia geral ordinária realizada no dia 6 de dezembro último, na sede do Seageto, foram eleitos os conselheiros representantes do sindicato no Crea-TO (Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Tocantins). Os titulares e suplentes para o período de três anos são: Gustavo Rios Fayad e Ermício Barreira Parente; Daybson Dias de Sousa e Cleidson Dias de Sousa; Regina Lúcia Ianes Martins e Marco Cesar Ceballos Bonatto. Para mandato de dois anos, foram escolhidos Marcelo Costa Maia e Elievan Marques dos Santos; Dalmi Fábio da Silva e Renato Luiz de Araújo Júnior; e Telmo Mário Dornelles Gosch e Marden Nunes Fleury.

MA

Entidade investe na formação da categoria

Cumprindo a missão definida pela diretoria do Senge-MA voltada à formação profissional, ocorreu no dia 1º de dezembro último, no Hotel Abbeville, o curso “Como negociar e vender serviços de engenharia, arquitetura e agronomia”, ministrado pelo escritor Ênio Padilha, mestre em administração pela Univale (Universidade do Vale do Itajaí) e fundador e diretor da Trifase Engenharia. No dia anterior, ele realizou a palestra “Marketing pessoal e profissional para engenheiros, arquitetos e agrônomos” para cerca de 60 alunos de engenharia elétrica e química da Ufma (Universidade Federal do Maranhão), com o intuito de contribuir para projetá-los no mercado. Na ocasião, Padilha frisou a importância da rede de relacionamentos para o sucesso profissional.

ENTREVISTA

Economista do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos) e consultor do projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento”, Sérgio Mendonça aposta no País. Na sua avaliação, se por um lado os obstáculos são tão complexos quanto desmontar o rentismo reinante e implantar uma política industrial eficiente, por outro a

oportunidade é real. “Se o Brasil crescer 5,5% durante 20 anos, terá quadruplicado a renda per capita em 2030, chegando a US\$ 40 mil, equivalente à dos Estados Unidos”, prevê. Em entrevista ao Engenheiro, ele falou sobre o que esperar de 2011 e dos próximos anos.

Qual a situação da economia brasileira hoje?

Apesar do PIB do terceiro trimestre de 2010, divulgado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) em dezembro último, ter mostrado uma desaceleração, tudo indica que teremos crescimento em torno de 7,5% no ano, o maior desde 1986. Salvo uma situação internacional catastrófica como a de setembro de 2008, que não deve acontecer, o Brasil vai crescer em 2011 algo perto de 5%. A perspectiva com a Copa de 2014, as Olimpíadas de 2016, o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), tudo isso cria um clima de que o País está andando para a frente. No entanto, há dificuldades e uma é elevar a taxa de investimento, que em 2010 pode ter chegado a 20% do PIB (Produto Interno Bruto), o que é bom para a história recente, mas insuficiente para sustentar mais uma década de crescimento. Para isso, tem que elevar para algo em torno de 25%. Os outros dois problemas são os juros e o câmbio. Os juros muito altos atraem capital e fazem o real se valorizar, o que complica o desempenho da indústria, como se vê na expansão das importações. Isso agrava o déficit externo, que neste ano será da ordem de 2,5% do PIB. Há quem estime que em 2011 passará de 3%.

Como resolver o problema do câmbio?

A moeda de um País que cresce tende a se valorizar com o câmbio flutuante. A China, que cresce sem parar, faz uma política cambial diferente para se manter competitiva na exportação. Há o processo de desvalorização do dólar conduzido pelos Estados Unidos, que não param de emitir dinheiro e querem aumentar as exportações e dinamizar sua economia. O Brasil terá de ver em que lugar fica. Deixar valorizar, enquanto outros fazem diferente? Temos que ter um câmbio competitivo. Primeiro, temos que fazer a desmontagem da entrada e saída de dinheiro no Brasil. O governo tentou dar uma travada com o aumento do IOF (Imposto sobre Operações Financeiras) e estabilizou o dólar, que até então não parava de cair, em R\$ 1,70 (em meados de dezembro de 2010). O Brasil já tomou medidas, mas não estão sendo suficientes, e estão em risco a indústria, o turismo, os serviços. Eventualmente, terá de tomar medidas mais drásticas com relação aos fluxos financeiros de capital. A questão cambial é delicada, e não haverá saída para o próximo governo que não seja atuar cotidianamente no câmbio.

Fazer os juros caírem pode ajudar, mas outras medidas também precisam ser tomadas, até porque hoje as taxas externas estão muito baixas, é zero nos Estados Unidos. Mesmo que se reduza dos atuais 10,75% para 6%, continua sendo atraente vir para o Brasil.

A taxa de juros poderia ser menor?

Poderia estar mais baixa, sem dúvida, mas há alguns problemas para isso. Um deles é como resolver o imbróglio da caderneta de poupança. Existe uma lei que garante 6,19% ao ano de remuneração, faça chuva ou faça sol. Sem rever isso, a Selic não consegue ir para baixo porque as outras aplicações, fundos de investimentos etc., vão render menos e todo o mundo vai correr para a poupança. Com isso, o governo terá problemas para financiar a dívida pública, terá de emitir moeda, o que põe em risco as metas de inflação. Como mexer na poupança é muito impopular, serão necessárias medidas criativas, como proteção aos pequenos investidores. Outro ponto é uma lógica financeira estranha, que premia quem aplica no curto prazo. É importante desmontar isso porque, a partir daí, os juros podem subir sem contaminar a dívida pública e sem criar essa atratividade para os títulos brasileiros. Nós vamos caminhar para isso, mas não se sabe quanto tempo vai levar. É preciso estimular a captação de recursos de longo prazo. Basicamente, é a desmontagem do rentismo, que é atávico no Brasil.

O País avançou em questões sociais como a distribuição de renda nos últimos anos, mas ainda não tem um projeto de desenvolvimento nacional.

Nos dois governos Lula, foi fortalecido o mercado interno, lançando mão de políticas como a valorização do salário mínimo, que considero a mais fundamental. Isso é um enorme ativo na negociação do Brasil com o mundo. Se no ano que vem o câmbio ficar em R\$ 1,8 em média, teremos um PIB de US\$ 2,160 trilhões, é quase o da Itália em dólar corrente. Isso mostra um país grande e que continua crescendo. Mas falta um olhar de longo prazo, que implica discutir uma política industrial. Isso significa arbitrar investimentos. Hoje, somos bons em agricultura, aeronáutica e extração de petróleo, porque investimos durante anos. Nada caiu do céu. Então, o que mais? Queremos produzir chips e ter uma indústria eletrônica forte? Vamos ter que investir em C&T, formar engenheiros. Quando se diz que a Petrobras vai fazer o investimento todo do pré-sal com 70% de nacionalização, isso é uma baita política industrial, porém exige contratar engenheiro, formar um monte de gente e investir em infraestrutura. Mas tem que fazer isso com outros setores. No automobilístico, por exemplo, ou a indústria multinacional trará parte dos centros de decisão e tecnologia para cá ou teremos que criar uma nacional. Isso voltou a estar na pauta. Por que não? O Brasil é o maior mercado de automóveis do mundo que não tem uma empresa nacional. Além disso, educação é central nesse processo. A construção civil já está dizendo que vai crescer muito menos em 2011 porque não tem mão de obra. Não tem mágica, vamos ter que investir muito mais em educação, pagar melhor os professores, cuja profissão tem que voltar a ser valorizada. Outra questão é resolver o déficit habitacional. O Brasil caminha para ser a sexta economia mundial, quiçá a quinta, precisa ter um projeto próprio. Estamos vivendo o momento de fazer escolhas claras para dar um salto. Se o Brasil crescer 5,5% durante 20 anos, terá quadruplicado a renda per capita em 2030, chegando a US\$ 40 mil, equivalente à dos Estados Unidos. De alguma maneira, a história está na nossa mão. Com tudo isso, vamos conseguir articular um projeto nacional, não contra os outros, mas a favor do Brasil. (Rita Casaro)

Formar profissionais capacitados a enfrentar os desafios do século XXI e as demandas do desenvolvimento das nações exigirá lançar mão de métodos avançados e cativantes de ensino, além de garantir envolvimento prático dos alunos. A receita foi dada por Lueny Morell, gerente do Programa de Inovação e Pesquisa da HP (Hewlett Packard), numa palestra entusiasmada, realizada em 3 dezembro, no auditório do Seesp, em São Paulo.

Iniciativa do Isitec (Instituto Superior de Inovação e Tecnologia), em fase de implantação pelo sindicato com apoio da FNE, o evento inaugurou a série “Encontros de Tecnologia de Educação em Engenharia”, que pretende, ao longo de 2011, discutir as mudanças necessárias no ensino da profissão, assegurando nível de excelência aos egressos.

Também membro da Fundação Nacional de Ciências dos Estados Unidos e do Comitê Consultivo Internacional de Ciência e Engenharia, Morell ressaltou: “Temos que reformular o ensino para que sirva melhor à sociedade. Os problemas enfrentados hoje só poderão ser resolvidos com cooperação e investimento intensivo em educação e inovação. Nenhum governo, universidade ou empresa poderão solucionar sozinhos esses desafios. A colaboração tem que ser parte do nosso DNA.”

Conforme a conferencista, o engenheiro do século XXI precisa ter um conjunto de competências e habilidades profissionais que envolvem características distintas como capacidade de trabalhar em grandes grupos, de se comunicar com várias pessoas ao mesmo tempo ao redor do mundo, de ser persuasivo, inovador e preparado para lidar com projetos complexos e conseguir resultados surpreendentes. “É uma mistura de inventor, empresário e engenheiro”, descreveu. Segundo ela, hoje a principal dificuldade do mundo é encontrar esse novo profissional. Isso porque há um descompasso muito grande entre o que as universidades estão produzindo e as reais necessidades dos países. “Precisamos reformular o currículo dos cursos de acordo com as realidades”, sugeriu.

Na visão da especialista, países como Cingapura e Coréia do Sul estão crescendo rapidamente porque perceberam a necessidade de investir em ciência, tecnologia e inovação. “Essas nações notaram a importância de desenvolver suas economias baseadas no conhecimento. Os coreanos, por exemplo, aumentaram drasticamente o número de engenheiros formados, dividiram as escolas em três categorias – geral, mercado vertical e grandes companhias – e estão trabalhando de forma efetiva na qualidade dos estudantes”, informou.

Propostas para mudar

Morell apresentou cinco ações que podem melhorar o ensino de engenharia. A primeira é inovar e reformar o currículo e a experiência de aprendizagem. Conforme ela, embora as escolas tenham como objetivo preparar os alunos para a profissão, são fortemente influenciadas pelas tradições acadêmicas que, na maioria das vezes, estão obsoletas.

Foco na aprendizagem é o segundo desafio. Para a conferencista, o educador deve ser mentor dos alunos e preencher a lacuna entre a maneira de ensinar e a prática dos engenheiros. “Nos Estados Unidos, 87% dos professores utilizam a palestra como principal método de ensino. Isso é tão ineficiente que uma pesquisa constatou que 70% dos estudantes prestam atenção apenas aos dez primeiros minutos da aula e somente 20% acompanham a explanação por 50 minutos”, relatou. Para tornar o processo mais estimulante, Morell sugere a criação de ambientes de prática para que alunos e docentes trabalhem em projetos reais. “O ideal é atuar em equipe, visitar empresas, fazer exercícios frequentes em sala de aula, laboratórios, entre outras ações”, recomendou.

Outra mudança é fomentar a criatividade. “Essa ação tem que ser uma cultura. Porque inovação é o instrumento específico do empreendedorismo e da empregabilidade. É a capacidade de criar riqueza e um mundo melhor”, destacou.

Implantar um processo de avaliação contínua e garantia de qualidade é a quarta proposta sugerida por Morell. Conforme explicou, a escola de engenharia é a empresa mais importante da humanidade, porque cria talentos que transformam a vida das pessoas e, por isso, deve garantir excelência no ensino. “A meta é definir ações, executá-las e procurar sempre melhorá-las.” A quinta missão é educar o professor, muitas vezes uma mescla preocupante de engenheiro que não pratica a profissão e educador que não é da área. “Essa é a tarefa mais difícil. O perfil desejado é uma mistura equilibrada do acadêmico com o profissional que atue em projetos reais. Um mentor comunicativo que consiga atrair os alunos, além de ser comprometido com a cidadania global”, apontou.

O debate contou com a participação de João Sérgio Cordeiro, professor da UFSCar (Universidade Federal de São Carlos) e presidente da Abenge (Associação Brasileira de Ensino de Engenharia); Paulo Afonso Ferreira, 1º secretário da CNI (Confederação Nacional da Indústria) e diretor-geral do IEL (Instituto Euvaldo Lodi); e Roberto Lobo, presidente do Instituto Lobo para o Desenvolvimento da Educação, da Ciência e da Tecnologia. (Lucélia Barbosa)